

NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO – NCI/SESMA/PMB
PARECER Nº 2162/2020 – NCI/SESMA

INTERESSADO: REFERÊNCIA TÉCNICA DE MATERIAL TÉCNICO/NUPS /SESMA.

FINALIDADE: Manifestação quanto à homologação do Pregão Eletrônico SRP nº 76/2020.

DOS FATOS:

Chegou a este Núcleo de Controle Interno, para manifestação, o Processo Administrativo nº 3674/2020, encaminhado pelo Núcleo Setorial de Assuntos Jurídicos – NSAJ/SESMA, referente à AQUISIÇÃO DE MATERIAIS TECNICOS DA CATEGORIA SOLUÇÕES.

DA LEGISLAÇÃO:

Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores (licitações e contratos).

Lei nº 8.496, de 04 de janeiro de 2006 (Sistema de Controle Interno).

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 (Normas gerais de Direito Financeiro).

Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1999 (Improbidade Administrativa).

Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 (Pregão).

Decreto Federal nº 5.450/2005.

Lei Municipal nº 49.191, de 18 de julho de 2005 (Pregão Eletrônico em âmbito municipal).

Decreto Municipal nº 47.429, de 24 de janeiro de 2005 (Regulamento da modalidade de licitação e Pregão).

Decreto Municipal nº 75.004/2013.

Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 (Regulamenta o sistema de registro de preços).

DA PRELIMINAR:

No cumprimento das atribuições estabelecidas nos arts. 31 e 74 da Constituição Federal, no art. 15, caput e § 2ª da Lei Orgânica do Município de Belém e no art. 3º, parágrafo único, letra “b” e “c” do Decreto nº 74.245 de 14 de fevereiro de 2013, art. 10, parágrafo único e art. 11 da Lei nº 8.496, de 04 de janeiro de 2006 e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referentes ao exercício de controle prévio e concomitante dos atos de gestão, cumpre-nos lembrar de que a consulta, sempre que possível, deverá vir instruída com parecer do Núcleo de Assessoria Jurídica da secretaria, a fim de dar subsídios à manifestação deste Núcleo de Controle Interno, o que no caso concreto esta comprovada. Visando a orientação do Administrador Público, mencionamos, a seguir, os pontos anotados no curso dos exames que entendemos conveniente destacar.

NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO – NCI/SESMA/PMB

DA FUNDAMENTAÇÃO:

A análise em tela, quanto a realização do Pregão Eletrônico SRP nº 76/2020, quanto à AQUISIÇÃO DE MATERIAIS TÉCNICOS DA CATEGORIA SOLUÇÕES, objetivando abastecer os estabelecimentos de saúde da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELÉM – SESMA/PMB, ficará dentro dos parâmetros fixados pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 5.450/2005, Decreto Municipal nº 47.429, de 24 de janeiro de 2005 e Decreto Municipal nº 75.004/2013, que regulamenta a modalidade do pregão, motivo pelo qual, como suporte legal do presente parecer, transcrevemos os seguintes fundamentos Legais:

*Decreto Municipal N.º 47.429, DE 24 DE JANEIRO DE 2005.
REGULAMENTO DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE DENOMINADA PREGÃO
ANEXO I*

NORMAS E PROCEDIMENTOS

(...)

“Art. 10. A fase preparatória do pregão observará as seguintes regras:

I - abertura de processo administrativo devidamente autuado, protocolado e numerado;

II - autorização e justificativa da licitação;

III - indicação do recurso próprio, acompanhada da declaração do ordenador da despesa;

IV - definição do objeto do contrato, na forma do inciso III do art. 9º;

V - elaboração do termo de referência;

VI - especificação das exigências de habilitação, estabelecimento dos critérios de aceitação das propostas e demais providências elencadas no inciso II do art. 8º;

VII - ato de designação do pregoeiro e de sua equipe de apoio;

VIII - confecção do edital e dos respectivos anexos, quando for o caso;

IX - comprovante das publicações do edital resumido, na forma do inciso I do art. 12;

X - parecer jurídico sobre o edital e a minuta de contrato, se for o caso.”.

(...)

“Art. 12. A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

I - a convocação dos interessados será efetuada por meio de publicação de aviso em função dos seguintes limites:

a) para bens e serviços de valores estimados em até R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais):

1. por meio eletrônico, através do site oficial da Prefeitura Municipal de Belém na rede mundial de computadores-Internet;

2. no Diário Oficial do Município;

b) para bens e serviços de valores estimados acima de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais) até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais):

1. por meio eletrônico, através do site oficial da Prefeitura Municipal de Belém na rede mundial de computadores-Internet;

2. no Diário Oficial do Município;

3. em jornal de grande circulação local;

c) para bens e serviços de valores estimados superiores a R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais):

1. por meio eletrônico, através do site oficial da Prefeitura Municipal de Belém na rede mundial de computadores-Internet;

2. no Diário Oficial do Município;

3. em jornal de grande circulação regional ou nacional;

II - do edital e do respectivo aviso constarão definição precisa, suficiente e clara do objeto, bem como a indicação dos locais, dias e horários em que poderá ser lido, consultado ou prestado qualquer esclarecimento sobre o edital, o local e a data onde será realizada a sessão pública do pregão;

III - do edital constarão, também, todos os elementos definidos no inciso II do art. 8º e III do art. 9º as normas disciplinadoras do procedimento, o critério de reajuste e a minuta do contrato, quando for o caso, as condições de pagamento e de recebimento do objeto da licitação, as instruções, as normas para o recurso e outras indicações específicas ou peculiares à licitação;

NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO – NCI/SESMA/PMB

IV - o edital fixará prazo não inferior a oito dias úteis, contados da última publicação do aviso, para os interessados apresentarem seus envelopes de proposta de preços e documentação de habilitação;

V - no dia, hora e local designados no edital será realizada sessão pública para recebimento dos envelopes contendo proposta de preços e documentação de habilitação, devendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento e comprovar, se for o caso, que possui os necessários poderes para formulação de lances e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

VI - aberta a sessão, os interessados ou seus representantes legais entregarão ao pregoeiro, em envelopes separados e lacrados, a proposta de preços e a documentação de habilitação;

VII - o pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, verificará a sua conformidade com os requisitos do edital e classificará o autor da oferta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço;

VIII - quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no inciso VII, o pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas;

IX - em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes;

X - o pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor;

XI - a desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo proponente, para efeito de ordenação das propostas;

XII - caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação;

XIII - declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito de sua aceitabilidade;

XIV - sendo aceitável a proposta de menor preço será aberto o envelope documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das condições habilitatórias com base no edital, procedendo-se à verificação de que o proponente está em situação regular perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS, e as Fazendas Estadual e Municipal, quando for o caso, com a comprovação de que atende às exigências do edital quanto à habilitação jurídica e qualificações técnica e econômico-financeira;

XV - para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para o fornecimento, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade definidos no edital;

XVI - constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame;

XVII - se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame;

XVIII - nas situações previstas nos incisos XII, XIII e XVII, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;

XIX - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, no final da sessão, manifestar a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese dos seus motivos, quando lhe será concedido o prazo de até 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso e, desde logo, intimados os demais licitantes a apresentar, caso queiram, contra razões, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

XX - ao pregoeiro e à autoridade competente é assegurado, a cada um, o prazo de 1 (um) dia útil para informações e julgamento do(s) recurso(s), respectivamente;

XXI - não acolhendo o recurso o pregoeiro prestará as informações, no prazo assinalado no inciso XXII, e remeterá os autos à autoridade competente para decisão;

XXII - o acolhimento de recurso, pela autoridade competente ou pelo pregoeiro, importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

XXIII - constatada a regularidade dos atos procedimentais, será feita a adjudicação do objeto da licitação ao vencedor;

XXIV - a falta de manifestação imediata e motivada do licitante, no final da sessão, importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor;

NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO – NCI/SESMA/PMB

XXV - homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo definido em edital;

XXVI - como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação;

XXVII - quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato ou recusar-se a assiná-lo, será convocado outro licitante, observadas a ordem de classificação e as exigências habilitatórias constantes do edital, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o disposto nos incisos XVII e XVIII deste artigo;

XXVIII - o prazo de validade das propostas será de sessenta dias, se outro não estiver fixado no edital.”.

DA ANÁLISE:

O presente processo refere-se a realização da licitação na modalidade Pregão Eletrônico SRP nº 76/2020. Consta nos autos: MEMO Nº 134/2020 - REFERÊNCIA TÉCNICA DE MATERIAL TÉCNICO/NUPS/SESMA, Termo de Referência devidamente aprovado, pesquisa mercadológica, minuta do edital, PARECER JURIDICO Nº 605/2020 – NSAJ/SESMA/PMB aprovando a minuta do edital, Despacho de aprovação da minuta do edital e seus anexos e autorização para realização da licitação pela autoridade competente, cópia da portaria que designa o pregoeiro, certificado de pregoeiro, Edital Pregão Eletrônico SRP nº 76/2020 e posterior publicação do Edital, aviso de licitação, Propostas das licitantes, Ata de realização do Pregão Eletrônico, Resultado por fornecedor, Termo de Adjudicação, cadastro no Mural de Licitações do TCM/PA, despacho da CGL e PARECER JURIDICO Nº 1468/2020 – NSAJ/SEMMA/PMB.

Diante da análise dos documentos anexados nos autos, temos a destacar:

1. Primeiramente vamos destacar a obrigatoriedade quanto à realização de licitação. A licitação é uma aplicação concreta do princípio da igualdade, o qual, na Constituição Federal é descrito como um dos direitos e garantias fundamentais. Decorre diretamente da Carta Magna o dever de licitar, em seu art. 37, inciso XXI. Portanto considerando que a licitação é o procedimento administrativo por meio do qual o Poder Público, mediante critérios preestabelecidos, isonômicos e públicos, busca escolher a melhor alternativa para a celebração de um ato jurídico. Em síntese, é um procedimento que antecede a celebração de contratos pela Administração Pública e tem por finalidade buscar a melhor proposta, estimulando a competitividade entre os potenciais contratados, e, oferecer iguais condições a todos que queiram contratar com a Administração. Se por um lado licitar se constitui em um dever do administrador público, por outro, não menos importante, se torna também uma garantia para os administrados, especialmente para os licitantes. Portanto, a licitação é sinônima de um legítimo instrumento de gestão pública proba, eficiente e transparente.

2. No caso concreto, temos que a Referência Técnica de Material Técnico/NUPS/SESMA, através do MEMO Nº 134/2020, autou o processo administrativo com a elaboração do Termo de Referência para a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS TECNICOS DA CATEGORIA SOLUÇÕES, objetivando abastecer os estabelecimentos de saúde da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELÉM – SESMA/PMB. Mediante a elaboração do referido documento, após aprovação do documento pela autoridade competente, os autos foram

NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO – NCI/SESMA/PMB

encaminhados a SEGEP/CGL para a realização da Pesquisa mercadológica e confecção da minuta do instrumento convocatório. O Núcleo Setorial de Assuntos Jurídico que emitiu o Parecer nº 605/2020 – NSAJ/SESMA, que aprovou os termos da minuta do instrumento convocatório.

3. Conforme se verificou nos autos todas as regras da fase interna foram atendidas, uma vez que o processo administrativo foi devidamente autuado, protocolado e numerado, Solicitação de autorização para a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS TECNICOS DA CATEGORIA SOLUÇÕES, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Belém - SESMA/PMB, Termo de Referência, aprovo e autorizo do Secretário Municipal de Saúde, cotação de preço, mapa comparativo, Minuta do Edital e seus anexos devidamente analisado pelo Núcleo Jurídico, autorização para a realização do processo licitatório, na forma do art. 38 caput da Lei nº 8.666/93, bem como publicação do nº 96.052/2020 que designam os servidores para atuarem como pregoeiros nos Pregões e cópia da certificação do pregoeiro.

4. Foi juntado nos autos, o Edital do Pregão SRP nº 76/2020, bem como a publicação do aviso de licitação nos Diários Oficial da União, Diário Oficial do Município de Belém, Jornal de Grande Circulação e no Mural de Licitações do Tribunal de Contas dos Municípios do Pará – TCM/PA, iniciando à fase externa da licitação.

5. Dando continuidade a realização do processo licitatório, foi aberta a sessão no dia 28 de maio de 2020, às 09:07 horas com a fase de aceitação de propostas de preços, envio de documentos originais e cópias autenticadas, onde foram divulgadas as propostas recebidas, em seguida os participantes apresentaram seus lances. foi encerrada a sessão às 16:59 horas do dia 30 de junho de 2020, onde os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens considerando as melhores ofertas, aquelas de menores lances e que atenderam as disposições constantes no edital e anexo, conforme inciso XIII do art. 12 do Decreto Municipal nº 47.429/05.

6. Em atendimento aos requisitos do edital, foi aberto o prazo para intenção de recursos, conforme prevê o inciso XIX do art. 12 do Decreto Municipal nº 47.249/05, bem como preconiza o art. 26, do Decreto nº 5.450/2005.

7. Estando o presente processo devidamente instruído, tendo sido realizado o Pregão Eletrônico SRP nº 76/2020, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS TECNICOS DA CATEGORIA SOLUÇÕES, objetivando abastecer os estabelecimentos de saúde da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELÉM – SESMA/PMB, a CGL apresenta o Resultado por Fornecedor e o Termo de Adjudicação do Pregão, onde consta que as empresas que apresentaram os menores lances e que atenderam plenamente as disposições editalícias (inciso XIII do art.12 do Decreto Municipal nº 47.429/05), foram as empresas: **I - MAXLAB PRODUTOS PARA DIAGNOSTICOS E PESQUISAS LTDA** (CNPJ Nº 04.724.729/0001-61), vencedora dos itens 1, 2, 4, 9, 10, 11, 17, 18, 21 e 24, no valor total de R\$ 788.659,75 (setecentos e oitenta e oito mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e setenta e cinco centavos); **II - CRISTALFARMA COMERCIO REPRESENTACAO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA** (CNPJ Nº 05.003.408/0001-30), foi a vencedora do item 19, no valor

NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO – NCI/SESMA/PMB

total de R\$ 150.075,00 (cento e cinquenta mil e setenta e cinco reais); **III - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS PRO SAUDE LTDA** (CNPJ Nº 08.676.370/0001-55), foi vencedora do item 22, no valor total de R\$ 13.384,00 (treze mil, trezentos e oitenta e quatro reais); **IV - SOMA/MG PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** (CNPJ Nº 12.927.876/0001-67), vencedora dos itens 3 e 8, no valor total de R\$ 213.885,00 (duzentos e treze mil, oitocentos e oitenta e cinco reais); **V - P G LIMA COM EIRELI** (CNPJ Nº 23.493.764/0001-61) vencedora dos itens 5, 7, 13, 14, 15 e 20, no valor total de R\$ 283.655,00 (duzentos e oitenta e três mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais); **VI - ATLANTICO BC PRODUTOS PARA SAUDE - EIRELI** (CNPJ Nº 35.626.812/0001-21) vencedora do item 16, no valor total de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais); e **VII - POLYMEDH. EIRELI** (CNPJ Nº 63.848.345/0001-10) vencedora do item 6, no valor total de R\$ 77.355,00 (setenta e sete mil, trezentos e cinquenta e cinco reais). Portanto o valor global da ata do pregão é de R\$ 1.587.013,75 (um milhão, quinhentos e oitenta e sete mil, treze reais e setenta e cinco centavos). Conforme observado na sessão de realização do pregão e as informações da CGL encaminhando o processo com vistas à emissão de parecer final, para efetiva homologação.

8. Conforme informações da CGL, encaminhando o processo com vistas à emissão de parecer final, para efetiva homologação, informou que a empresa IMPACTA PRODUTOS E COSMETICOS CNPJ Nº: 21.285.657/0001-12, no Item: 1, foi recusada por valor inexequível, nos Itens: 2 e 6, Motivo da Recusa: Não obteve resposta da empresa quanto ao envio da proposta ajustada solicitada no chat. A empresa R MASTER COMERCIO CNPJ Nº: 26.892.930/0001-90, Motivo da Recusa: Não manifestação no chat e não enviou proposta ajustada. A empresa MAXLAB PRODUTOS PARA DIAGNOSTICO CNPJ Nº: 04.724.729/0001-61, Motivo da Recusa: solicitado negociação empresa não consegue chegar ao valor de referência. A empresa P G LIMA COMERCIO CNPJ Nº: 23.493.764/0001-61, Motivo da Recusa: pediu desistência do item 21, porque da marca que cotaram o produto que não contem flúor, no descritivo do item o solicitado é com flúor. A empresa JL DOS SANTOS COMERCIO CNPJ Nº: 83.880.294/0001-10, nos itens: 23 e 27, Motivo da Recusa: não enviou proposta solicitada pelo pregoeiro no chat. Informamos ainda que os itens: 12 e 23 foram CANCELADOS devido não haver proposta aceitáveis para os itens. Não foram cadastradas propostas para os Itens: 25 e 26 (DESERTOS). Diante do exposto, considerando a desídia das empresas em não enviar a proposta de preços, é fundamental que seja instaurado o devido processo administrativo para apuração da conduta apresentada na licitação, eis que a desistência do lance/proposta configura conduta passível de aplicação de penalidade de impedimento de licitar por até 5 (cinco) anos, diante de todos os transtornos que causa o Pregão Eletrônico na forma da lei e do Instrumento Convocatório.

9. Por fim, o Núcleo Setorial de Assuntos Jurídicos – NSAJ/SESMA através do Parecer Nº 1468/2020, no dia 23 de julho de 2020, manifestou-se pela possibilidade de homologação do resultado do pregão nº 76/2020, pela autoridade competente, bem como, pela POSSIBILIDADE DE ABERTURA DO DEVIDO PROCESSO ADMINISTRATIVO para apuração das condutas praticada pelas empresas IMPACTA PRODUTOS E COSMETICOS; R MASTER COMERCIO e JL DOS SANTOS COMERCIO, durante o todo processo licitatório.

10. Desta forma demonstramos que através do exercício da legalidade e conveniência, pela autoridade superior previsto nos incisos XXI e XXII do art. 4º da Lei nº 10.520/02 c/c inciso

NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO – NCI/SESMA/PMB

XXIII do art. 12 do Decreto Municipal nº 47.429/05, o presente processo licitatório poderá ser Homologado confirmando, assim, todos os atos praticados no Pregão Eletrônico SRP nº 76/2020.

CONCLUSÃO:

No transcorrer dos trabalhos de análise do Processo em referência, conclui-se, sinteticamente, que a Homologação do procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão Eletrônico SRP nº 76/2020, **ENCONTRA AMPARO LEGAL**.

Para os devidos fins junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Para, nos termos do §1º, do art. 11, da Resolução nº 11.410/TCM, de 25 de fevereiro de 2014, face à correta aplicação dos ditames da Lei nº 8.666/93, considerando que fora analisado integralmente o referido processo, pelo que declaramos que o processo encontra-se **EM CONFORMIDADE**, revestido de todas as formalidades legais, na fase interna e externa, portanto encontra-se apto a ser Homologado e gerar despesas para a municipalidade.

MANIFESTA-SE:

- a) Que seja instaurado o devido Processo Administrativo para apuração das condutas apresentadas pelas empresas IMPACTA PRODUTOS E COSMETICOS, R MASTER COMERCIO e JL DOS SANTOS COMERCIO, durante a licitação, configurando condutas passíveis de aplicação de penalidade de impedimento de licitar.
- b) Pela possibilidade de Homologação do resultado do **Pregão Eletrônico SRP nº 76/2020**, referente à AQUISIÇÃO DE MATERIAIS TECNICOS DA CATEGORIA SOLUÇÕES, objetivando abastecer os Estabelecimentos de Saúde da Secretaria.

É o nosso parecer salvo melhor entendimento.

Belém/PA, 29 de julho de 2020.

MARCELO DE JESUS CORREA FERREIRA

Administrador – NCI/SESMA

De acordo. À elevada apreciação Superior.

ÉDER DE JESUS FERREIRA CARDOSO

Coordenador do Núcleo de Controle Interno – NCI/SESMA